



Estratégia
Concursos

SIMULADO FINAL

TRE PA

Simulado Especial

Simulado TRE-PA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRE-PA;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com alternativas a, b, c e d.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRE-PA-09-02>

- | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D |

PORTUGUÊS

Leia com atenção os dois textos abaixo para responder as questões de 1 a 10.

TEXTO I



TEXTO II



01. A partir da interpretação dos textos acima, assinale a alternativa correta.

- a) No texto I, Susanita mostra revolta porque os operários de seu país são muito pobres.
- b) O menino, no quadrinho final do texto I, assevera que a pergunta de Susanita é incoerente.
- c) As perguntas feitas no terceiro quadrinho do texto I são retóricas.
- d) No texto I, Susanita julga-se injustiçada quanto ao seu direito de fazer perguntas.

02. Analise as afirmativas abaixo:

- I- Os dois textos pactuam do mesmo ponto de vista sobre o Brasil ser um país inferior.
- II- Os dois textos lidos em sequência compartilham uma temática comum.
- III- No texto II, um diálogo entre Susanita e Mafalda, esta mostra-se extremamente nacionalista.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

03. Uma inferência válida a partir dos textos consta em:

- a) Susanita é uma personagem inflamada em suas considerações.
- b) Mafalda não é uma personagem questionadora.
- c) A temática dos textos é o trabalho operário.
- d) O humor dos textos deriva da infantilidade dos assuntos.

04. Assinale a alternativa correta que contenha a expressão mais condizente com uma visão crítica sobre a temática proposta nos dois textos acima.

- a) Cavalo dado não se olha os dentes.
- b) Quando um burro fala, o outro abaixa a orelha.
- c) A grama do vizinho é sempre mais verde.
- d) A história é escrita pelo vencedor.

05. Sobre a expressão utilizada por Mafalda no último quadrinho do texto II, pode-se inferir que configura

- a) uma ironia
- b) um eufemismo
- c) um exagero
- d) um desafio

06. Sobre as estruturas empregadas no primeiro quadrinho do texto I, assinale a alternativa incorreta.

- a) “que” classifica-se como pronome relativo.
- b) “estúpida” classifica-se como adjetivo.
- c) “minha” classifica-se como pronome adjetivo.
- d) “mais” classifica-se como pronome indefinido.

07. Assinale a alternativa que indica o sentido correto do emprego do vocábulo “só” no trecho: “Só você pode fazer perguntas?”

- a) inclusão
- b) exclusão
- c) ênfase
- d) companhia

08. No texto I, verifica-se um desvio em relação à norma culta da língua portuguesa. Este se encontra na redação do

- a) 1º quadrinho
- b) 2º quadrinho
- c) 3º quadrinho
- d) 4º quadrinho

09. Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O sujeito da forma verbal “É” em “É a pergunta mais estúpida” é indeterminado.
- () A palavra em destaque no trecho “Mas ele é subdesenvolvido” é um pronome oblíquo que retoma semanticamente o termo “país”.
- () No trecho “Não te dói um pouco dizer que seu país é subdesenvolvido, Susanita”, o sujeito do verbo “dói” é a expressão “Susanita”.
- () O verbo “viver” no trecho “viver num país subdesenvolvido” é classificado como intransitivo.
- () A palavra destacada no trecho “O que quer que eu diga?” é, morfologicamente, um pronome interrogativo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, F, F, F.
- b) F, F, F, V, V.
- c) F, F, V, V, F.
- d) F, V, V, V, F.

10. Sobre a acentuação das palavras utilizadas no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) o vocábulo “país” é acentuado por ser uma oxítona terminada em hiato tônico.
- b) o vocábulo “dói” é acentuado por ser um monossílabo tônico terminado em “ói”.
- c) o vocábulo “operários” é acentuado por ser uma paroxítona terminada em ditongo.
- d) o vocábulo “lá” é acentuado por ser um monossílabo tônico terminado em “a”.

De acordo com o dicionário Aurélio, senso crítico é a “capacidade de analisar, refletir ou buscar informações antes de tirar uma conclusão. É a tendência de quem não aceita automaticamente o que lhe é dito ou imposto”. Essa característica se aperfeiçoa e desenvolve com a prática.

Quando a maioria das pessoas concorda com uma mesma opinião, dizemos que elas seguem o senso comum. Porém, quando um grupo tem o costume de não aceitar um pensamento padrão logo de cara, sem antes refletir sobre o tema, pesquisar e analisar o assunto, dizemos que eles possuem senso crítico.

Ou seja, alguém que tem senso crítico é alguém que questiona as coisas com frequência e busca tirar suas conclusões depois de se informar sobre o assunto, alguém que não aceita qualquer afirmação como absoluta. Já uma pessoa de senso comum é aquela que não costuma questionar os “fatos” e toma como verdade aquilo que **lhe** foi dito e ensinado.

<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/08/09/como-eu-faco-para-desenvolver-meu-senso-critico/>

11. De acordo com o texto,

- a) o “senso comum” é uma opinião unânime que costuma ser aceita pela maioria das pessoas.
- b) o “senso crítico” é a tendência de duvidar de tudo o que é imposto de forma predominante.
- c) análise, reflexão e informação são pilares de um pensamento crítico.
- d) o “senso comum” normalmente indica entendimentos majoritários que já foram criticamente analisados.

12. O segmento “Quando a maioria das pessoas concorda com uma mesma opinião” (2º parágrafo) é classificada como

- a) Oração Subordinada Adverbial Condicional
- b) Oração Coordenada Adverbial Temporal
- c) Oração Subordinada Substantiva Condicional
- d) Oração Subordinada Adverbial Temporal

13. No segmento “toma como verdade aquilo que lhe foi dito e ensinado”, o elemento

- a) “aquilo” classifica-se morfológicamente como pronome oblíquo e exerce função de complemento nominal.
- b) “como” classifica-se morfológicamente como conjunção e introduz um predicativo.
- c) “lhe” classifica-se morfológicamente como pronome oblíquo e exerce função de objeto indireto.
- d) “que” classifica-se morfológicamente como pronome relativo e exerce função de objeto direto.

14. Em relação à concordância verbal e nominal, assinale a alternativa correta.

- a) Os indivíduos em geral, que talvez nunca tenham realizado o esforço de refletir, ainda assim tem possibilidade de fazer considerações adequadas sobre a vida.
- b) Aqui neste país, como sempre sugerem os intelectuais públicos, todas as pessoas vêm às arenas de debate para refutar o que não lhes agrada admitir.
- c) Mesmo entre raciocínios que não obedecem à estruturas rigorosas, sempre é possível encontrar aqueles que se salva.
- d) Os adeptos do senso comum sempre acham lindo, embora equivocados, a segurança retórica de defender o que todos também defendem.

15. Assinale a alternativa que apresenta pontuação adequada de acordo com a norma culta.

- a) O senso crítico, como diziam os pensadores antigos, causa mais angústia do que traz alento: buscar a verdade é cansativo e descobri-la, doloroso.
- b) O senso crítico, como diziam os pensadores antigos causa mais angústia do que traz alento: buscar a verdade é cansativo e descobri-la, doloroso.
- c) O senso crítico, como diziam os pensadores antigos, causa mais angústia do que traz alento — buscar a verdade, é cansativo e descobri-la doloroso.
- d) O senso crítico, como diziam os pensadores antigos, causa mais angústia do que traz alento — buscar a verdade é cansativo, e descobri-la doloroso.

INFORMÁTICA

16. Sobre redes de computadores, assinale a alternativa correta:

- a) Roteadores possuem a capacidade de indicar qual é a melhor rota para os dados até o seu destino. Para tal, utilizam-se do endereço MAC dos dispositivos da rede.
- b) Redes de Computadores podem ser classificadas em ordem decrescente de abrangência ou extensão em LAN, MAN e WAN.
- c) O cabo de par trançado consiste de dois pares de fios trançados envolto de um revestimento de fibra de vidro flexível utilizada para reduzir a interferência eletromagnética interna e externa.
- d) Na Topologia em Estrela, as estações estão ligadas através de uma conexão ponto a ponto dedicada a um nó central controlador, pelo qual passam todas as mensagens, não havendo tráfego direto entre os dispositivos.

17. A respeito dos equipamentos de redes, assinale a alternativa incorreta:

- a) A bridge – também conhecida como ponte – é um equipamento de rede que permite a conexão de dispositivos à internet criando um vínculo entre uma rede privada e a rede pública.
- b) O switch – também conhecido como comutador – é um equipamento de rede capaz de analisar dados recebidos, filtrá-los e enviá-los para as respectivas portas de destino em uma comunicação full-duplex.
- c) O router – também conhecido como roteador – é um equipamento de rede que permite interligar redes diferentes e escolher a melhor rota para que pacotes de dados cheguem ao destino.
- d) O access point – também conhecido como ponto de acesso – é um equipamento de rede utilizado para estender a cobertura de internet sem fio.

18. Assinale a alternativa que não apresenta uma característica essencial da computação em nuvem:

- a) Elasticidade Rápida.
- b) Amplo Acesso à Rede.
- c) Infraestrutura como Serviço.
- d) Agrupamento de Serviços.

19. O atalho do Google Chrome que permite excluir o histórico de navegação do usuário é:

- a) SHIFT + DEL
- b) CTRL + SHIFT + DEL
- c) CTRL + D
- e) CTRL + ALT + DEL

20. Dentre os procedimentos de segurança recomendados para prevenção contra infecção por pragas virtuais, não se aplica:

- a) manter os programas instalados com as versões mais recentes.
- b) utilizar diversos antivírus simultaneamente.
- c) utilizar apenas softwares originais (sem pirataria).
- d) ser cuidadoso ao utilizar o computador em locais públicos.

21. A técnica pela qual um atacante utiliza um equipamento conectado à rede para tirar de operação um serviço, um computador ou uma rede conectada à Internet é:

- a) Ping of Death
- b) Hoax
- c) Man in the Middle
- d) DoS

22. Dada a tabela a seguir como referência, assinale a fórmula capaz de retornar como resultado "Vinicius":

	A	B	C	D	E
1	ID	Sobrenome	Nome	Cargo	Data de nas
2	101	Melo	Sara	Rep. de vendas	08/12/68
3	102	Monte	Vinicius	Vice-presidente	19/02/52
4	103	Cardoso	Lara	Rep. de vendas	30/08/63
5	104	Teixeira	Antônio	Rep. de vendas	19/09/58
6	105	Rodrigues	Mateus	Gerente de Ven	04/03/55
7	106	Gomes	Eduardo	Rep. de vendas	02/07/63

- a) =PROCV(102; A2:C7; 1; FALSO)
- b) =PROCV(103; A1:E7; 2; VERDADEIRO)
- c) =PROCV(B3; B2:E7; 2; FALSO)
- d) =PROCV(102; A2:C7; 1; VERDADEIRO)

23. Assinale a alternativa que contém um nome de arquivo válido no Windows:

- a) #T3\$t3_E\$tral&g!4
- b) 3s\r\ra\égi4 C>s/
- c) Tr:lha 3strat<gic@
- d) Assin@/ur@ !limit@d@

e) P4ss* Estra?égic0

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

24. No que diz respeito ao Regime Jurídico Único de pessoal, assinale a alternativa correta.

- a) A pena de suspensão será aplicada nos casos de desídia no cumprimento dos deveres.
- b) O processo administrativo disciplinar deve preceder a aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias e a demissão.
- c) Readaptação consiste no retorno ao serviço público federal do funcionário colocado em disponibilidade.
- d) A pena de suspensão não poderá exceder a 180 dias.

25. (IBFC/EBSERH/2020-adaptada) Sobre os direitos, deveres e responsabilidades dos servidores, analise as afirmativas abaixo.

- I. O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- II. É facultativo ao servidor público representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- III. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

26. De acordo com a Lei 8.429/1992, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) praticar ato visando fim permitido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.
- b) facilitar a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.
- c) frustrar a licitude de procedimento licitatório.
- d) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

27. De acordo com a lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei independentemente do valor da herança.
- b) Ocorrendo lesão ao patrimônio público apenas por ação dolosa, do agente ou de terceiro, é que se dará o integral ressarcimento do dano.
- c) Quando o ato de improbidade administrativa causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao respectivo Tribunal de Contas, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

28. No que diz respeito à Lei 11.416/2006, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os ocupantes do cargo de Analista da Área Judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa farão jus à Gratificação de Atividade Externa – GAE – no importe de 35% do vencimento básico do servidor.
- b) Pelo menos 50% dos cargos em comissão, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário Federal, devem ser destinados a servidores efetivos integrantes do quadro próprio de pessoal.
- c) As funções comissionadas são destinadas apenas a ocupantes de cargos efetivos, sendo que pelo menos 80% devem ser exercidas por servidores efetivos das carreiras do Poder Judiciário Federal.
- d) A promoção consiste na movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

REGIMENTO INTERNO TRE/PA

29. O Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará determina que não podem integrar o Tribunal:

- a) pessoas que tenham entre si parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, excluindo-se, nesta hipótese, o que houver sido escolhido por último.
- b) juízes, nomeados pelo Presidente da República, que ocupem cargo público de provimento definitivo.
- c) juízes, nomeados pelo Presidente da República, que sejam diretores, proprietários ou sócios de empresa beneficiada com subvenção ou favor em virtude de contrato com a administração pública.
- d) juízes, nomeados pelo Presidente da República, que exerçam apenas cargo político federal.

30. A antiguidade no Tribunal Regional Eleitoral do Pará regula-se pela data da posse de seus Juízes; e em caso de dois ou mais tomarem posse na mesma data, será considerado o mais antigo, para fins regimentais:

- a) o juiz nomeado ou indicado há mais tempo.
- b) o juiz mais novo em detrimento do mais idoso.
- c) o juiz que nunca tenha sido efetivo ou substituto.
- d) o juiz que apresentar maior tempo de comprovada atividade jurídica.

31. Sobre a Presidência e Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, assinale a alternativa correta:

- a) Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente serão de 2 anos, sendo vedada a reeleição em qualquer hipótese.
- b) Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente serão de 2 anos, sendo permitida a reeleição do juiz eleito para completar mandato inferior a um ano.
- c) A eleição será processada, mediante escrutínio secreto, na sessão ordinária imediatamente anterior à expiração do biênio, ou à abertura de vaga, desde que presentes os Desembargadores membros do Tribunal.
- d) Na hipótese de a eleição não poder efetuar-se no dia prefixado, será realizada em sessão ordinária agendada para o primeiro dia desimpedido.

32. De acordo com o Regimento Interno do TRE-PA, não compete ao Presidente do Tribunal:

- a) dirigir todos os trabalhos do Tribunal.
- b) presidir as sessões, propor as questões, conceder e cassar a palavra às partes, encaminhar a discussão dos assuntos debatidos em plenário, na forma regimental, apurar os votos e proclamar o resultado final.
- c) convocar sessões extraordinárias do Tribunal.
- d) assinar os diplomas dos eleitos para os cargos de Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e dos suplentes, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e dos suplentes.

33. De acordo com as disposições do Regimento Interno do TRE-PA, são competências do Procurador Regional Eleitoral, exceto:

- a) exercer as funções do Ministério Público, com as atribuições definidas no Regimento e em lei.
- b) atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, manifestando-se sempre por escrito.
- c) promover, privativamente, a ação penal pública até o final ou requerer o arquivamento.
- d) propor perante o juízo competente, as ações para declarar ou decretar a nulidade de negócios jurídicos ou atos da administração pública, infringentes de vedações legais, destinadas a proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou abuso do poder político ou administrativo.

34. Compete ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará processar e julgar originariamente:

- a) o registro de candidatos a Governador e Vice-Governador, a Senador, a Deputado Federal e Estadual.
- b) reclamações e representações por descumprimento da legislação pertinente à propaganda eleitoral e as prestações de contas de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.
- c) o habeas corpus em matéria eleitoral, contra ato do Governador, Vice-Governador, de Secretário de Estado, dos Prefeitos, Juízes Estaduais e Membros do Ministério Público.
- d) as ações de impugnação de mandatos eletivos de Governador, Vice-Governador, de Senadores e Deputados Federais eleitos na circunscrição, de Deputados Estaduais, de Prefeito e Vice-Prefeito e de Vereadores.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

35. A Política Nacional para Integração das Pessoas Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/99) enumera algumas categorias de deficiência. De acordo com a Resolução, pode-se afirmar que:

- a) a deficiência auditiva é a perda unilateral ou bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis), aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.
- b) a deficiência visual é caracterizada apenas pela cegueira (acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica) ou pela baixa visão (acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica).
- c) a deficiência mental apresenta-se como o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação em qualquer idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.
- d) a deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências.

36. O Decreto nº 5.296/2004, ao regulamentar as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, prevê que os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que não se enquadra no conceito de pessoa portadora de deficiência e apresenta, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se permanentemente, gerando redução efetiva de sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- b) O atendimento prioritário compreende o tratamento diferenciado e o atendimento imediato. O atendimento imediato é aquele prestado às pessoas apontadas pelo Decreto, antes de qualquer outra, paralisando o atendimento que estiver em andamento.
- c) Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade de atendimento fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.
- d) O atendimento prioritário será dispensado também às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

37. De acordo com a Lei nº 7.853/89, as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência

- a) poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência
- b) poderão ser instruídas com certidões e informações requeridas às autoridades competentes. Nesse caso, as certidões e informações deverão ser fornecidas dentro de 10 (dez) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, podendo ser utilizadas para a instrução da ação civil e das demais ações cabíveis.
- c) poderão ter sua titularidade assumida apenas pelo Ministério Público em caso de desistência ou abandono da ação.
- d) terão sentença com eficácia erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, desde que apresente fundamento distinto.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

38. Analise os itens abaixo.

- I. Documentos de biblioteca são tipicamente encontrados em arquivos.
- II A organicidade dos documentos de arquivo se refere à produção mecânica dos documentos.
- III O princípio da proveniência está diretamente ligado à produção dos fundos de arquivo.

Sobre os itens acima:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Nenhum dos itens está correto.

39. Analise os itens abaixo e aponte quantos estão corretos:

- I. O recolhimento dos documentos se dá do arquivo permanente para o intermediário.
- II. Transferência é a atividade de passagem dos documentos do arquivo intermediário para o corrente.
- III. A destinação de um documento corrente pode envolver a transferência, o recolhimento ou a eliminação.

- a) nenhum.
- b) um.
- c) dois.
- d) três.

40. Considerando seus conhecimentos sobre arquivologia, marque a alternativa incorreta:

- a) O arquivo permanente não abriga documentos com utilidade para o funcionamento normal da organização.
- b) Informações pessoais são de acesso restrito, nos termos da Lei de Acesso à Informação.
- c) O prazo fixo de classificação de sigilo de informações secretas é de 15 anos.
- d) O prazo máximo de classificação de sigilo ultrassecreto é de 25 anos, renovável por igual período.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Considerando o que estabelece a Constituição Federal acerca do instituto da extradição, pode-se afirmar que:

- a) A Constituição veda expressamente, ao brasileiro nato, a extradição ativa.
- b) O estrangeiro que cometeu crime em seu país de origem poderá evitar a extradição por meio da aquisição da nacionalidade brasileira.
- c) O brasileiro nato jamais poderá ser extraditado, ainda que venha a optar pela aquisição de outra nacionalidade.
- d) Brasileiros naturalizados e estrangeiros não serão extraditados caso venham a cometer crime político.

42. No que diz respeito ao mandado de segurança, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que esse remédio constitucional, em regra, NÃO será cabível:

- a) Contra ato praticado por administrador de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- b) Contra ato administrativo, passível de recurso.
- c) Contra ato *interna corporis* das Casas Legislativas.
- d) Contra decisão judicial, passível de recurso.

43. A respeito das competências reservadas pela CF/88 à Justiça Eleitoral, é possível concluir que:

- a) Apenas serão irrecuráveis as decisões do TSE que denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- b) As competências das juntas eleitorais serão definidas pelo Tribunal Regional a que estiverem vinculadas.
- c) Contra acórdão do TRE não será cabível recurso para o STF, mas sim para o TSE, ainda que a decisão envolva matéria constitucional.
- d) Embora a Justiça eleitoral detenha algumas competências administrativas, o juiz eleitoral não dispõe de poder de polícia.

44. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira sobre as competências concorrentes, enumeradas na Constituição da República:

- a) No exercício de sua competência suplementar supletiva, em caso de contrariedade entre algum de seus dispositivos e a norma geral superveniente editada pela União, o Estado não terá sua lei revogada, mas inteira e temporariamente suspensa.
- b) Os municípios, uma vez excluídos do rol de entes dotados de competência concorrente, não poderão legislar a respeito das matérias elencadas no artigo correspondente, ainda que no exercício da competência suplementar de que dispõem.
- c) Em caso de omissão da Constituição acerca da competência privativa ou concorrente da União para legislar sobre determinado assunto, os Estados restarão impedidos de editar normas a respeito.
- d) Em virtude da existência de limitações expressas à atuação de cada ente no campo da competência concorrente, pode-se dizer que esta, ao contrário da competência administrativa comum, é não cumulativa.

45. Considerando as regras atinentes à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções na Administração Pública, a Constituição Federal autoriza que:

- a) Dois proventos, decorrentes de aposentadoria em cargos acumuláveis na atividade, sejam acumulados.
- b) Um servidor ocupante de cargo efetivo e que exerça atribuições meramente administrativas acumule essa função com outro cargo de professor, apenas.
- c) Um servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão exerça um cargo eletivo no Poder Legislativo Estadual.
- d) Um servidor ocupante de cargo privativo de profissional da saúde exerça qualquer outro cargo técnico ou científico.

46. Genilda é brasileira naturalizada e reside há 16 anos no município X. Conta, atualmente, com 75 anos de idade. Além disso, não se encontra filiada a nenhum partido político. Nessas condições, pode-se dizer que, cumpridas as demais exigências constitucionais, Genilda:

- a) Poderá exercer qualquer mandato eletivo, mas apenas no município X, independentemente de ter ou não título de eleitor, uma vez que o alistamento eleitoral é facultativo para maiores de 70 anos.
- b) Poderá concorrer a qualquer cargo eletivo municipal ou estadual, desde que proceda ao alistamento eleitoral e à filiação partidária, no prazo legalmente estabelecido.
- c) Poderá concorrer a qualquer cargo eletivo na Federação, desde que decida alistar-se como eleitora e proceda à filiação partidária.
- d) Não poderá concorrer a nenhum cargo eletivo, pois atingiu a idade em que deverá aposentar-se compulsoriamente.

47. A respeito do regramento destinado ao processo eleitoral e aos partidos políticos, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal e com a percepção jurisprudencial sobre o tema:

- a) Qualquer ato normativo primário que alterar o processo eleitoral somente entrará em vigor um ano após sua data de publicação.
- b) A anterioridade eleitoral, enquanto garantia individual do cidadão, constitui cláusula pétrea da Constituição.
- c) O candidato que for eleito pelo sistema proporcional e decidir trocar de partido, na vigência do mandato, perderá o cargo, ainda que a troca tenha como justificativa o não atendimento aos requisitos presentes na denominada cláusula de barreira.
- d) A infidelidade partidária acarreta a perda do mandato tanto para os candidatos eleitos pelo sistema majoritário quanto pelo sistema proporcional.

48. O Procurador-Geral da República é nomeado pelo _____, sendo, para tanto, _____ a autorização da maioria absoluta do Senado, o que _____ para sua destituição. Poderá, além disso, ser reconduzido ao cargo _____ e, ao cometer crime de responsabilidade, será julgado pelo _____. A alternativa que adequadamente completa as lacunas anteriores é:

- a) Presidente da República; necessária; também se exige; sucessivas vezes; Senado Federal.
- b) Presidente do STF; necessária; não se exige; sucessivas vezes; STF.
- c) Presidente da República; necessária; também se exige; uma única vez; STF.
- d) Presidente da República; dispensada; também não se exige; uma única vez; Senado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

49. A lei 8.666/1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A lei citada considera algumas definições específicas para obra, serviço, tarefa, execução, compra, alienação, entre outros. Analise os itens a seguir que abordam alguns aspectos citados.

- I. Serviço – toda atividade a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.
- II. Tarefa – quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

III. Execução direta e indireta – conjunto de elementos necessários para caracterizar a obra ou serviço, assegurando a definição dos métodos e identificando os elementos constitutivos com clareza.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas a afirmativa II está correta

50. Em relação ao Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU no 507/2011 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, assinale a alternativa correta.

- a) A celebração de contratos pode ser realizada com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público
- b) É vedada a celebração de convênios visando à realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem prévia contratação da operação de crédito externo
- c) Os contratos podem ser realizados com dirigentes de órgãos ou entidades da administração pública, de qualquer esfera governamental
- d) Os convênios podem ser realizados entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, casos em que deverão ser firmados termos de cooperação

51. A organização administrativa resulta de um conjunto de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa. Sobre a Administração Direta e a Administração Indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todas as entidades federativas podem ter a sua Administração Indireta
- b) A Administração Direta do Estado abrange todos os órgãos dos Poderes políticos das pessoas federativas cuja competência seja a de exercer a atividade administrativa
- c) A Administração Direta é formada por pessoas jurídicas, como, por exemplo, as empresas públicas
- d) Quando o Estado executa tarefas através de seus órgãos internos, estamos diante da administração direta estatal no desempenho de atividade centralizada

52. Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. (Di Pietro, 2010). Acerca desse assunto, assinale a alternativa incorreta.

- a) São atributos do ato administrativo: clareza, coesão, premissa, autoexecutoriedade, tipicidade, confiabilidade e individualidade
- b) São requisitos do ato administrativo: sujeito competente ou competência, forma, finalidade, motivo e objeto ou conteúdo
- c) Atos normativos emanam atos gerais e abstratos visando correta aplicação da lei
- d) O ato administrativo permanecerá no mundo jurídico até que seja verificada situação que demonstre algum vício genético de legalidade ou que simplesmente comprove a sua desnecessidade superveniente

53. Acerca da Administração direta e indireta, assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

"A Administração ____ compreende: I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos _____. II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; ____; sociedades de economia mista; ____ (Incluído pela Lei no 7.596/1987)." (art.4º Decreto-Lei no 200/1967).

- a) Federal / ministérios / empresas públicas / fundações públicas
- b) Estadual / conselhos federativos / empresas públicas / fundações mistas
- c) Federal / conselhos federativos / empresas privadas / fundações mistas
- d) Federal / conselhos federativos / empresas públicas / fundações públicas

54. Sobre licitação pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de 45 (quarenta e cinco) dias para concurso, cinco dias úteis para convite e 30 (trinta) dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"
- b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento
- c) Em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis
- d) Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de concurso

55. A Constituição deixou expressos os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas de qualquer dos entes federativos. Revelam eles as diretrizes fundamentais da Administração. Sobre eles, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da impessoalidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta
- b) A Administração há de ser impessoal, sem ter em mira este ou aquele indivíduo de forma especial
- c) Os atos da Administração devem sempre merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, isso porque, constitui fundamento do princípio moralidade propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos
- d) Para o direito público, o princípio da legalidade reside na possibilidade de poder fazer tudo, desde que a lei não proíba

56. O Estado precisa ter mecanismos próprios que lhe permitam atingir os fins que colima, mecanismos esses inseridos no direito positivo e qualificados como verdadeiros “poderes” ou prerrogativas especiais de direito público. Sobre o poder de polícia, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O poder de polícia pode ser conceituado como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

() A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem taxas em razão do exercício do poder de polícia.

() A competência para exercer o poder de polícia é, em princípio, da pessoa federativa à qual a Constituição Federal conferiu o poder de regular a matéria.

() A delegação não pode ser outorgada a pessoas de iniciativa privada, desprovidas de vinculação oficial com os entes públicos, visto que, por maior que seja a parceria que tenham com estes, jamais serão dotadas da potestade (*ius imperii*) necessária ao desempenho da atividade de polícia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V, V
- b) V, V, F, F
- c) V, F, V, V
- d) V, F, F, V

DIREITO ELEITORAL

57. Acerca da organização e funcionamento dos partidos políticos, aponte a alternativa incorreta:

- a) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) não podem realizar coligações para as eleições proporcionais.
- c) estão proibidos de receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- d) devem respeitar as regras sobre verticalização.

58. A Lei 9.504/1997, que estabelece normas gerais para as eleições, dispõe expressamente que:

- a) Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos não poderão usar

gratuitamente prédios públicos, sendo necessário o pagamento das respectivas despesas operacionais.

b) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as assembleias legislativas e as câmaras municipais no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.

c) Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de setenta e duas horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.

d) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

59. Não pode ser apontada como propaganda eleitoral irregular:

a) fixação de faixa em muro de eleitor, desde que mediante autorização e de forma gratuita.

b) a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

c) carreta realizada às 21h do dia anterior às eleições.

d) distribuição de material impresso de campanha eleitoral contendo apenas o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela confecção.

60. No que se refere à arrecadação de recursos financeiros e à prestação de contas de campanha, aponte a alternativa incorreta:

a) Não poderão ser arrecadados recursos financeiros para as campanhas eleitorais por meio de cartões de débito e/ou de crédito.

b) A doação para campanhas de quantia acima dos limites fixados na legislação eleitoral sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso.

c) O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.

d) É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

- 61.** São condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, exceto:
- usar materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
 - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, quaisquer bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.
 - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.
 - nos três meses que antecedem o pleito, realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.
- 62.** Em relação à ação de impugnação ao registro de candidatura, aponte a alternativa incorreta:
- O eleitor não possui legitimidade para recorrer de decisão que defere registro de candidatura, mas pode apresentar notícia de inelegibilidade ao juiz competente.
 - A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
 - Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 2 (dois) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
 - A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 (sete) dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de Justiça.

- 63.** A inelegibilidade prevista na Lei Complementar 64/1990 aplica-se aos seguintes crimes:
- definidos em lei como de menor potencial ofensivo;
 - de ação penal privada;
 - praticados contra a Administração Pública;
 - culposos.
- 64.** Sobre a organização e competência da Justiça Eleitoral, pode ser considerada incorreta:
- Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - O número de juízes dos tribunais regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
 - As decisões dos tribunais regionais eleitorais são terminativas, portanto, em regra não podem ser objeto de recurso de eventuais interessados.
 - Perante o Tribunal Superior, qualquer interessado poderá arguir a suspeição ou impedimento dos seus membros, do procurador-regional eleitoral ou de funcionários de sua Secretaria, nos casos previstos na Lei Processual Civil ou Penal e por motivo de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 65.** De acordo com Carbone, a gestão por competências tem quatro fases ou etapas: a formulação da estratégia, o mapeamento das competências, o desenvolvimento e captação das mesmas e a avaliação. A captação de competências pode envolver:
- recrutamento e seleção de pessoal.
 - investimentos em pesquisa.
 - aprendizagem individual.
 - aprendizagem grupal.
- 66.** Na Gestão de Pessoas, a competência é utilizada como um acrônimo conhecido como CHA. Um desses elementos indica a capacidade que a pessoa tem de utilizar os conhecimentos na prática:
- Confiança.
 - Harmonia.
 - Competitividade.
 - Habilidade.

67. São entidades da Administração Indireta, exceto:

- a) autarquias.
- b) fundações.
- c) ministérios.
- d) empresas públicas.

68. A relação que o Ministério da Economia e a União Federal se enquadra em qual instituto:

- a) descentralização.
- b) desconcentração.
- c) centralização.
- d) publicização.

69. Analisando as empresas públicas e as Sociedades de Economia Mista, temos muitas características em comum, com exceção de:

- a) são Pessoas Jurídicas de Direito Privado.
- b) criação por meio de autorização de lei específica e registro dos atos constitutivos em seguida.
- c) empregados públicos regidos pela CLT.
- d) instituídas sob forma de Sociedade Anônima.

70. Assinale o modelo de gestão de pessoas que passou a evidenciar a importância estratégica da gestão de pessoas no alcance dos resultados das empresas. Neste modelo, a gestão de pessoas deveria estar sempre alinhada à gestão estratégica.

- a) Modelo de Gestão de Pessoas articulado como Departamento de Pessoal.
- b) Modelo Estratégico de Gestão de Pessoas.
- c) Modelo de Gestão de Pessoas como Gestão do Comportamento Humano.
- d) Modelo de Gestão de Pessoas articulado por Competências.

71. De acordo com a classificação de Chiavenato, na gestão de pessoas, a gestão do conhecimento está relacionada ao processo de

- a) desenvolver pessoas.
- b) recompensar pessoas.
- c) agregar pessoas.
- d) manter pessoas.

72. Hoje em dia a moderna gestão de pessoas “entregou” maior poder e responsabilidade ao gerente de linha (que atua nas áreas finalísticas da organização) para que ele possa gerir seu próprio pessoal. As principais funções de linha são as seguintes, exceto:

- a) cuidar da sua equipe de pessoas.

b) tomar decisões sobre seus subordinados.

c) cuidar das táticas e operações.

d) cuidar das políticas de RH.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

73. Em relação ao papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas, assinale a opção correta:

- a) Diz que uma função do governo é alocativa quando ela promove alocação de recursos na distribuição de renda.
- b) Diz-se que uma função do governo é distributiva quando ela mantém a estabilidade econômica.
- c) Diz que que uma função é estabilizadora quando ela mantém a estabilidade econômica.
- d) Diz que uma função de governo é alocativa quanto promove ajustamento no nível de emprego.

74. O princípio orçamentário previsto na Constituição pelo qual não se pode incluir dispositivo estranho à Lei Orçamentária Anual, trata-se do princípio:

- a) exclusividade.
- b) legalidade.
- c) não afetação da receita.
- d) unidade.

75. Em relação as características do orçamento público no Brasil, julgue os itens que se segue:

- I) Sendo o elo entre planejamento de médio prazo e planejamento operacional, o PPA deve dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- II) A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- III) Segundo à Constituição, os orçamentos fiscal e de investimento, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

- a) apenas o item I está correto.
- b) Estão corretos os itens II e III.
- c) apenas o item II está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.

76. Com relação a classificação das receitas, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de receita derivada.

- a) Receita de aluguel.
- b) Receita de serviços públicos prestados.
- c) Receita tributária
- d) Receita de venda de produtos industriais

77. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, o superávit do orçamento Corrente é considerado uma despesa:

- a) orçamentária corrente.
- b) não orçamentária de capital
- c) orçamentária de capital
- d) patrimonial

78. Em relação a programação orçamentária e financeira, quando um ministério transfere crédito orçamentário a outro ministério, chamamos tal movimentação de:

- a) uma provisão
- b) um destaque
- c) uma dotação
- d) um repasse.

79. No tocante aos conceitos trazidos sobre dívida e endividamento na LRF, assinale a alternativa correta:

- a) A Dívida pública mobiliária é montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram
- b) Dívida pública consolidada ou fundada representa os títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) Operação de crédito são, na verdade, emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- d) concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

80. Em relação aos dispositivos da LRF que trata sobre transparência, controle e fiscalização, assinale a opção incorreta:

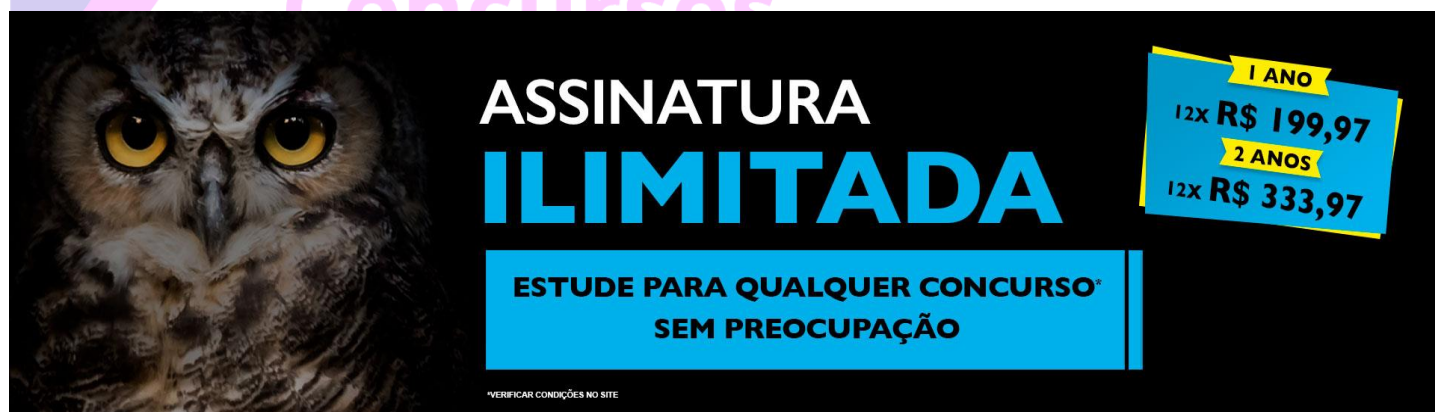
- a) são instrumentos de transparência da gestão fiscal os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- b) A LRF traz como rol de competências dos tribunais de contas a função de alerta quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar metade do limite.
- c) O princípio da transparência está sendo obedecido quando os entes públicos disponibilizam, ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- d) A LRF incentiva a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRE-PA-09-02>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE